INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM-COFIS

Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO - https://ipam.portovelho.ro.gov.br

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE 2026

(PREVIDÊNCIA)

Considerações Gerais

Pauta: **a)** Apresentação dos Relatórios de Investimento referente ao mês de julho;

b) Outros Assuntos.

Local: Sala do Conselho Municipal de Previdência (IPAM).

Data: 18/08/2026 **Início:** 13:00h

Participantes: **Maria Betânia Basílio de Souza** (Presidente do COFIS – Conselheira Eleita), **Rita Ferreira Lima** (Suplente - Representante do Executivo), **Onildo Pires Araújo** (Conselheiro Representante do Executivo) e **Lodeilson Fernades da Silva** (Conselheiro Eleito).

A reunião foi iniciada pela Presidente do Conselho, que declarou aberta a sessão e na sequência, foi concedida a palavra ao Sr. **Odilon**, responsável pela apresentação do relatório de investimentos, que iniciou sua exposição com uma análise do cenário econômico nacional e internacional e de seus possíveis impactos sobre a carteira de investimentos do Instituto.

Objetivos Tratados

A reunião teve como principais objetivos: apresentar o desempenho da carteira de investimentos do IPAM no mês de julho de 2026; analisar a conjuntura econômica nacional e internacional e seus reflexos sobre os investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS; verificar a rentabilidade da carteira e sua comparação com a meta atuarial; avaliar a composição e a distribuição dos recursos entre os diferentes segmentos e instituições financeiras; acompanhar os níveis de liquidez e os riscos da carteira; verificar o enquadramento dos investimentos em relação à legislação vigente e à Política de Investimentos do Instituto; discutir a alteração da meta atuarial em razão dos resultados da avaliação atuarial; e abordar a necessidade de fortalecimento da estrutura de governança, gestão de riscos e compliance na área de investimentos.

Síntese dos Assuntos Tratados

Dando início à apresentação, o Sr. **Odilon** informou que o relatório referente ao mês de julho apresentou resultados positivos para a carteira, destacando inicialmente o comportamento da inflação no Brasil, a situação fiscal, a dívida pública e os principais indicadores econômicos. Ressaltou que a dívida bruta brasileira havia alcançado aproximadamente **81,9% do PIB**, representando fator relevante de pressão sobre as contas públicas e sobre a capacidade de crescimento econômico do País. Segundo a exposição realizada, a elevada dívida pública e a necessidade de controle das despesas continuam sendo fatores de risco que devem ser acompanhados pelos gestores de investimentos.

Na sequência, foi abordado o cenário inflacionário, sendo mencionada a expectativa de encerramento do IPCA de 2026 em aproximadamente **5,03%**, ainda acima do limite superior da meta, embora em trajetória de desaceleração. Também foi discutida a possibilidade de continuidade do processo de redução da taxa de juros pelo COPOM, considerando o comportamento da inflação. O cenário cambial também foi analisado, destacando-se que o dólar vinha sendo negociado em torno de **R$ 5,20 a R$ 5,21**, abaixo das projeções anteriormente consideradas para o encerramento do exercício, o que poderia contribuir para reduzir pressões inflacionárias.

Quanto ao cenário internacional, foram mencionados os conflitos geopolíticos envolvendo diferentes regiões, os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia, as tensões no Oriente Médio, as relações entre Estados Unidos, China e Brasil e as possíveis repercussões desses acontecimentos sobre os mercados financeiros. Também foram

discutidos os efeitos de eventos climáticos e desastres naturais sobre a produção agrícola, o abastecimento e, consequentemente, a inflação. Ressaltou-se que tais fatores precisam ser considerados na avaliação dos riscos da carteira, uma vez que podem provocar volatilidade nos preços dos ativos, especialmente em commodities e mercados internacionais.

O apresentador também destacou os desafios relacionados à economia brasileira, mencionando a dependência do País em relação à exportação de commodities, bem como a importância de acompanhar as estratégias econômicas adotadas por grandes potências, especialmente Estados Unidos e China. Ressaltou que as mudanças no cenário internacional, as eleições e as decisões de política econômica podem produzir impactos relevantes sobre o risco soberano brasileiro e, por consequência, sobre os investimentos do RPPS.

Em relação ao desempenho da carteira, foi informado que, em julho de 2026, o patrimônio total dos investimentos alcançou aproximadamente **R$ 1.314.373.021,89**, tendo sido registrado resultado financeiro de aproximadamente **R$ 11,46 milhões**, correspondente a uma rentabilidade de **0,88% no mês**. Foi ressaltado que o desempenho da carteira permaneceu positivo, com a maior parte dos ativos apresentando resultados favoráveis.

Entre os investimentos analisados, destacou-se o desempenho negativo do fundo **Small Caps**, que apresentou queda de aproximadamente **1,81%**, embora sua participação na carteira fosse considerada relativamente pequena. Em contrapartida, os demais ativos de renda variável apresentaram resultados positivos, assim como determinados fundos de títulos de médio e longo prazo, que registraram rentabilidades superiores a 1%.

Foi explicado que os títulos de longo prazo apresentam maior volatilidade, uma vez que são mais sensíveis às expectativas do mercado em relação aos juros e à inflação. Assim, em cenários positivos, esses ativos podem apresentar valorização significativa, mas, em cenários adversos, também podem sofrer perdas mais expressivas.

Na composição da carteira, foi informado que aproximadamente **44,51%** dos recursos estavam alocados em **Títulos Públicos Federais**, correspondendo a cerca de **R$ 588,4 milhões**. O **BB Gestão** representava aproximadamente **29,87%**, com cerca de **R$ 394,39 milhões**, enquanto a **Caixa Econômica Federal** representava aproximadamente **22,22%**, com cerca de **R$ 293,36 milhões**. O Banco do Brasil correspondia a aproximadamente **2,88%**, enquanto a RJI representava cerca de **0,52%** da carteira.

Foi esclarecido que, quando consideradas conjuntamente determinadas posições administradas pelo Banco do Brasil e pelo BB Gestão, a instituição permanece como uma das principais responsáveis pela administração dos recursos do Instituto, juntamente com a Caixa Econômica Federal. Nesse contexto, foi ressaltada a importância da diversificação e da análise criteriosa dos riscos relacionados às instituições financeiras.

Durante a apresentação, também foi abordada a questão dos **custodiantes**, sendo explicado que instituições como a XP e a BGC podem atuar na custódia de títulos públicos, observando-se diferenças entre títulos marcados na curva e aqueles marcados a mercado.

Outro ponto de destaque foi a **meta atuarial**. Foi informado que, em razão da avaliação atuarial realizada, houve alteração da meta anteriormente utilizada, considerando-se o prazo do passivo atuarial e as características dos fundos previdenciários. Foi explicado que a meta passou a considerar os resultados da avaliação atuarial, com diferenciação entre o fundo capitalizado e o fundo financeiro, e que a inflação exerce papel importante na composição da meta, especialmente quando esta é estabelecida com base no IPCA acrescido de uma taxa real.

Foi informado que a rentabilidade acumulada da carteira no exercício de 2026 alcançou aproximadamente **7,11%**, enquanto a meta correspondente estava em patamar inferior, demonstrando que os investimentos apresentavam desempenho superior ao objetivo estabelecido. Também foi destacado que, no mês de julho, a carteira apresentou rentabilidade de **0,88%**, superior à meta mensal aproximada de **0,52%**.

O apresentador ressaltou, contudo, que o mês de agosto poderia apresentar maior volatilidade, em razão dos riscos externos, dos conflitos internacionais, das oscilações do petróleo e das incertezas econômicas.

Em seguida, foi apresentada a evolução patrimonial da carteira nos últimos doze meses, tendo sido informado crescimento aproximado de **17%**. Destacou-se que, mesmo com redução das receitas do fundo capitalizado, a rentabilidade dos investimentos contribuiu significativamente para a evolução do patrimônio.

Quanto à composição por segmento, foi informado que aproximadamente **R$ 660 milhões** estavam alocados em renda fixa, enquanto cerca de **R$ 587 milhões** estavam vinculados a títulos públicos federais e aproximadamente **R$ 66 milhões** em renda variável. Foi ressaltado que a participação em renda variável permanecia em torno de **5% da carteira**, sendo considerada adequada para o atual cenário, não havendo, naquele momento, necessidade de ampliação dessa exposição.

No tocante à liquidez, foi informado que aproximadamente **70% da carteira**, correspondente a cerca de **R$ 931 milhões**, possuía possibilidade de resgate em até trinta dias úteis, sendo grande parte dos recursos disponível em D+0 ou D+1. Os títulos públicos marcados na curva apresentavam prazo mais elevado, compatível com a estratégia de longo prazo do RPPS.

Também foi apresentada a análise de riscos por indicadores, destacando-se as posições vinculadas ao IPCA, CDI e outros índices de referência. O apresentador explicou que, enquanto as taxas de juros permanecerem elevadas, determinados investimentos mais arriscados devem ser avaliados com cautela, especialmente aqueles vinculados a índices de renda fixa de maior duração. A estratégia de aumento de exposição em determinados títulos seria considerada quando houvesse maior expectativa de queda dos juros.

Quanto ao **enquadramento da carteira**, foi informado que os investimentos estavam enquadrados na Política de Investimentos e nas normas aplicáveis ao RPPS, inclusive em relação à **Resolução CMN nº 5.272, de 18.12.2025**, observadas as regras pertinentes ao nível de certificação do Instituto. Foi mencionada a situação específica do fundo Aquila, caracterizada como desenquadramento passivo decorrente de alteração normativa, ressaltando-se que a situação é acompanhada periodicamente e devidamente justificada nos relatórios.

Foi registrado que, apesar dessa situação específica, o Instituto não apresentava apontamentos no Ministério da Previdência quanto ao enquadramento geral da carteira. Também foi ressaltado que a Política de Investimentos havia sido alterada anteriormente pelo Conselho competente, ampliando as possibilidades de investimentos em determinados fundos, inclusive fundos referenciados que possam possuir exposição a crédito privado e alguns fundos de ações e multimercados, observadas as limitações legais e regulamentares.

Em relação ao **crédito privado**, foi destacado que o IPAM permanecia sem exposição direta a esse segmento. O apresentador explicou que o investimento em crédito privado exige estrutura adequada de análise, gestão de riscos e acompanhamento, uma vez que o investidor delega ao gestor do fundo a decisão sobre os tomadores dos recursos. Nesse sentido, foi ressaltada a necessidade de fortalecimento da estrutura interna do Instituto caso, futuramente, se considere a ampliação da exposição a esse tipo de ativo.

Foi enfatizada a importância da existência de áreas segregadas de **gestão, risco e compliance**, de modo a evitar conflitos de interesse e assegurar maior segurança na tomada de decisões. Como exemplo, foi mencionada a atuação de estruturas de risco em instituições financeiras que podem impedir operações consideradas inadequadas ou incompatíveis com as normas.

O debate também abordou a responsabilidade dos gestores e conselheiros na administração dos recursos previdenciários. Foi ressaltado que a gestão de mais de **R$ 1 bilhão** pertencente aos servidores exige elevado grau de responsabilidade, observância das normas e mecanismos de controle capazes de proteger tanto o patrimônio do Instituto quanto a responsabilidade pessoal dos agentes envolvidos.

Foi reforçado que as principais funções da área previdenciária do Instituto são **garantir o pagamento dos benefícios e gerir adequadamente os investimentos**, sendo os demais procedimentos instrumentos complementares para o cumprimento dessas finalidades.

Na parte final da apresentação, foi retomado o resultado da carteira, destacando-se que a rentabilidade acumulada no exercício alcançou **7,11%**, diante de meta de aproximadamente **6,32%**, enquanto o resultado mensal foi de **0,88%**, diante de meta de aproximadamente **0,52%**. O resultado financeiro de julho foi de aproximadamente **R$ 11,46 milhões**, sendo informado, ainda, que os investimentos haviam acumulado cerca de **R$ 86 milhões de retorno nos sete primeiros meses do exercício**.

Também foi mencionado resultado positivo entre receitas e despesas previdenciárias, com sobra aproximada de **R$ 5,47 milhões mensais**, contribuindo para o crescimento patrimonial observado no período.

Ao final da exposição, foram indicados como fatores que deveriam continuar sendo monitorados a inflação, o

comportamento do mercado de trabalho, o risco fiscal, as commodities, especialmente petróleo e soja, os conflitos internacionais e seus impactos sobre a economia brasileira.

Após a apresentação, os Conselheiros manifestaram satisfação com o fato de a carteira estar, de maneira geral, devidamente enquadrada. Foi ressaltado que o acompanhamento do enquadramento dos investimentos constitui uma das atribuições do Conselho Fiscal, sendo considerado positivo o cenário apresentado no relatório.

Na sequência, houve breve discussão acerca da situação atuarial e do déficit previdenciário. Foi esclarecido que a existência de déficit atuarial decorre de projeções de longo prazo e que o cálculo atuarial considera as obrigações e receitas previstas ao longo de aproximadamente **75 anos**, trazendo os valores futuros para o valor presente. Dessa forma, ressaltou-se a necessidade de diferenciar o resultado atuarial projetado dos resultados financeiros efetivamente observados na carteira de investimentos.

3. ENQUADRAMENTO

3.1 Enquadramento na Resolução Atual - Pró-gestão II

Caso seja Pró-Gestão, o sistema apresentará os limites já ajustados.

Artigo/Ativo	Percent. Autorizado	Percent. Alocado	Total	Enquadrado Resolução	Enq. art.18	Enq. art.19
Art. 7º, Inciso I, FI e ETF 100% em TPF	100,00%	50,26%	R$660.543.724,03	Sim		
- BB FLUXO SOBERANO	0,00%	0,16%	R$2.153.323,04	Sim	N/A	N/A
- BB PREVID RF IDKA 2A IPCA	0,00%	0,03%	R$360.786,67	Sim	N/A	N/A
- BB PREVID RF IRF-M 1 TP	0,00%	3,56%	R$46.800.438,32	Sim	N/A	N/A
- BB RENDA FIXA CURTO PRAZO AUT.	0,00%	0,00%	R$640,54	Sim	N/A	N/A
- BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TP	0,00%	24,49%	R$321.952.294,52	Sim	N/A	N/A
- CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES	0,00%	0,63%	R$8.221.212,28	Sim	N/A	N/A
- CAIXA BRASIL TITULOS PUBLICOS RF	0,00%	18,21%	R$239.406.331,91	Sim	N/A	N/A
- CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	0,00%	3,17%	R$41.648.696,73	Sim	N/A	N/A
Art. 7º, Inciso III, TPF de Emissão do TN - Intermedia	100,00%	44,70%	R$587.588.407,61	Sim		
- NTN-B (2026-7.605) - Curva	0,00%	4,25%	R$55.872.153,23	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2026-8.34) - Curva	0,00%	4,29%	R$56.346.789,39	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-5.2325) - Curva	0,00%	0,40%	R$5.220.294,36	Sim	N/A	N/A

- NTN-B (2030-5.47) - Curva	0,00%	0,41%	R$5.432.662,68	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.072) - Curva	0,00%	4,60%	R$60.458.495,64	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.086) - Curva	0,00%	4,59%	R$60.318.522,44	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2030-6.322) - Curva	0,00%	4,51%	R$59.283.376,99	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-5.525) - Curva	0,00%	0,41%	R$5.429.256,56	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-5.616) - Curva	0,00%	0,43%	R$5.622.498,97	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.3215) - Curva	0,00%	4,61%	R$60.547.786,72	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.342) - Curva	0,00%	4,62%	R$60.732.674,09	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (2040-6.483) - Curva	0,00%	4,51%	R$59.247.050,92	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (vcto 2026)	0,00%	0,88%	R$11.504.418,30	Sim	N/A	N/A
- NTN-B (vcto 2045)	0,00%	6,21%	R$81.572.427,31	Sim	N/A	N/A
Art. 8º, Inciso I, FI - Fundo de Ações em Geral	40,00%	4,97%	R$65.262.073,47	Sim		
- BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIA	20,00%	1,95%	R$25.644.849,90	Sim	Sim	Sim
- BB AÇÕES QUANTITATIVO FIC DE FI	20,00%	0,94%	R$12.408.518,02	Sim	Sim	Sim
- BB AÇÕES SMALL CAPS FIC FI	20,00%	1,76%	R$23.125.831,66	Sim	Sim	Sim
- CAIXA FIC AÇÕES MULTIGESTOR	20,00%	0,31%	R$4.082.873,89	Sim	Sim	Sim
Art. 10º, Inciso III, FI de FIP e FIC de FI	0,00%	-0,45%	(R$5.873.088,03)	Sim		
- CONQUEST FIP	0,00%	-0,45%	(R$5.873.088,03)	Sim	N/A	N/A
Art. 11º, FI Imobiliário - Of. Primaria e/ou Pregão B3	0,00%	0,52%	R$6.851.904,82	Nao		

Artigo/Ativo	Percent. Autorizado	Percent. Alocado	Total	Enquadrado Resolução	Enq. art.18	Enq. art.19
- AQUILLA FUNDO DE INVESTIMEN	0,00%	0,52%	R$6.851.904,82	Nao	N/A	N/A

TO I						
			R$1.314.373.021,90			

O Enquadramento no Artigo 18 da **Resolução CMN nº 5.272, de 18.12.2025** define que um RPPS não pode concentrar mais do que 20% dos recursos em um mesmo fundo (exceto se o fundo for 100% titulos públicos).

O Enquadramento no Artigo 19 da **Resolução CMN nº 5.272, de 18.12.2025** define que um RPPS não pode possuir mais de 15% do PL do fundo investido.

“Art. 27º - Não são considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos nesta Resolução os desenquadramentos passivos decorrentes de: Inciso I – entrada em vigor de alterações desta Resolução ou de regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil.”

“§ 1º - Os excessos referidos neste artigo devem ser eliminados no prazo de dois anos da ocorrência do desenquadramento. ”

Data limite: 31/01/2028.

Deliberações e Providências

Após a apresentação e os esclarecimentos prestados, ficou registrado o acompanhamento, pelo Conselho Fiscal, do desempenho da carteira de investimentos referente ao mês de julho de 2026, destacando-se o resultado positivo obtido no período.

O Conselho tomou conhecimento do patrimônio de aproximadamente **R$ 1,314 bilhão**, da rentabilidade mensal de **0,88%**, do resultado financeiro de aproximadamente **R$ 11,46 milhões** e da rentabilidade acumulada de aproximadamente **7,11% no exercício**, superior à meta atuarial indicada no relatório.

Ficou consignada a importância de manter o acompanhamento permanente do enquadramento da carteira em relação à legislação vigente, à **Resolução CMN nº 5.272, de 18.12.2025** e à Política de Investimentos do IPAM, especialmente quanto às situações de desenquadramento passivo que demandem justificativa e acompanhamento.

Também ficou evidenciada a necessidade de monitoramento contínuo dos riscos de mercado, risco fiscal, inflação, taxa de juros, câmbio, commodities e acontecimentos geopolíticos que possam provocar volatilidade nos investimentos.

O Conselho tomou conhecimento da atual composição da carteira e da manutenção de aproximadamente 5% dos recursos em renda variável, não sendo indicada, naquele momento, necessidade de aumento dessa exposição.

Foi igualmente destacada a relevância de acompanhar a evolução da estrutura de governança dos investimentos, especialmente quanto à segregação das funções de gestão, análise de risco e compliance, considerando o volume expressivo de recursos administrados pelo Instituto.

Por fim, ficou registrado que os dados apresentados deverão continuar sendo acompanhados nas próximas reuniões, especialmente quanto à rentabilidade acumulada, cumprimento da meta atuarial, liquidez, enquadramento dos investimentos e evolução patrimonial.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, após a apresentação do Relatório de Investimentos referente ao mês de julho de 2026, os esclarecimentos prestados e as manifestações dos Conselheiros, a reunião foi encerrada, ficando registrado o compromisso de continuidade do acompanhamento da carteira de investimentos, dos indicadores econômicos e dos aspectos de enquadramento e gestão de riscos do RPPS. Para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e considerada conforme, será submetida à apreciação e assinatura dos membros do Conselho Fiscal.

Porto Velho/RO, 18 de agosto de 2026.

Maria Betânia Basílio de Souza

Presidente do COFIS

Rita Ferreira Lima

Suplente - Representante do Executivo

Lodeilson Fernades da Silva

Representante Eleita

Onildo Pires Araújo

Representante do Executivo

Documento assinado eletronicamente por **Rita Ferreira Lima**, **Conselheiro(a)**, em 08/09/2026, às 13:01, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Betânia Basílio de Souza**, **Conselheiro(a)**, em 08/09/2026, às 13:33, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Onildo Pires Araújo**, **Conselheiro(a)**, em 08/09/2026, às 21:38, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Lodeilson Fernandes Da Silva**, **Conselheiro(a)**, em 09/09/2026, às 11:15, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador **1515768** e o código CRC **6B5D1E80**.